



Câmara Municipal de Pouso Alegre

Estado de Minas Gerais

F-C Comissão de Justiça e Redação

F-C Comissão de Ordem Social

F-C Comissão de Administração Pública

F-C Comissão de Administração Financeira

F-C Assessoria Jurídica

F-C Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 146 / 2017

Às Comissões, em 10/10/2017

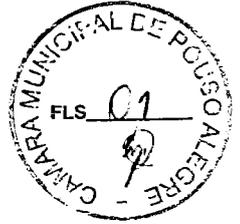
ASSUNTO: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO
POUSO-ALEGRENSE AO SR.
AKIBA ANDRÉ LEVY.

Anotações:

1ª Disc. / Votação	2ª Disc. / Votação	Disc. / Votação Única
Proposição: _____	Proposição: _____	Proposição: <i>Aprovada</i>
Por _____ votos	Por _____ votos	Por <u>15</u> votos
em ____ / ____ / ____	em ____ / ____ / ____	em <u>10 / 10 / 2017</u>



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 146 / 2017

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO POUSO-ALEGRENSE AO SR. AKIBA ANDRÉ LEVY.

O VEREADOR abaixo signatário, nos termos do art. 295 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, propõe o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Pouso-alegrense ao Sr. AKIBA ANDRÉ LEVY.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2017.


Bruno Dias
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



JUSTIFICATIVA

AKIBA ANDRÉ LEVY NASCEU EM CINCO DE FEVEREIRO DE 1927 NA CIDADE DE SIDI BEL ABBES. PERDEU O PAI AOS DOIS ANOS DE IDADE E FICOU SOZINHO COM A MÃE E O IMÃO MAIS VELHO.

EM 1934 A MÃE DE AKIBA SE CASOU COM UM EX COMBATENTE DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. EM 1941 O IRMÃO E ELE FORAM OBRIGADOS A DEIXAR A ESCOLA POR SEREM ISRAELITAS.

EM 1944 SE APRESENTOU COMO VOLUNTÁRIO NA MARINHA FRANCESA.

POSTERIORMENTE FOI MANDADO PARA A ARGEL, CAPITAL DA ARGÉLIA PARA TREINAMENTO DE FUZILEIRO EM UMA BASE NAVAL E FOI ENTÃO ENVIADO PARA COMPLETAR A TRIPULAÇÃO DO COURAÇADO DE NOME JEAN BART. NO INÍCIO DOS ANOS DE 1945 FOI TRANSFERIDO PARA OUTRO NAVIO. PEQUENO E MAIS BEM PREPARADO. A NOVA MISSÃO ERA APANHAR EM GILBRALTAR OS NAVIOS VINDOS DAS AMÉRICAS COM TROPAS E EQUIPAMENTOS PARA FRANÇA E ITÁLIA, SENDO AO FINAL DA GUERRA EQUIPADOS PARA CAÇAR MINAS MARÍTIMAS.

FOI LIBERADO DA MARINHA EM 1946 E FOI PARA CASABLANCA ONDE TEVE A OPORTUNIDADE DE ENTRAR PARA O CURSO DE TÉCNICO-MECÊNICO EM UMA POLITÉCNICA.

EM 1948 A FAMÍLIA RECEBEU DOCUMENTOS PARA ENTRAR NO BRASIL E NO DIA 5 DE FEVEREIRO DE 1949 DEIXOU A FRANÇA E CHEGANDO AO BRASIL NO DIA 20 DE FEVEREIRO.

NO RIO DE JANEIRO TRABALHOU EM VÁRIAS EMPRESAS E EM 1959 RESOLVEU MONTAR A PRÓPRIA EMPRESA A METALÚRGICA REDENTOR.

VIU NECESSIDADE DE CRESCIMENTO E FORMOU UMA SOCIEDADE LIMITADA E O NEGÓCIO SE EXPANDIU COM IMPORTANTES CLIENTES. MAS MAIS TARDE, POR DIFICULDADES ECONOMICAS MUDOU DE RAMO DE ATIVIDADE.

AO SE APOSENTAR MONTOU UMA FÁBRICA PARA O FILHO QUE TEVE A OPORTUNIDADE DE TRABALHAR EM MINAS GERAIS NA CIDADE DE PASSA QUATRO.

TENDO A PHILIPS COMO CLIENTE FOI INCENTIVADO A MONTAR UMA FÁBRICA NA CIDADE DE VARGINHA, MAS O GALPÃO ONDE FUNCIONAVA A FÁBRICA FOI CONDENADO PELA DEFESA CIVIL APÓS UMA FORTE CHUVA.

COM JÁ FORNECI PARA EXTREMA, SANTA RITA DO SAPUCAÍ E SÃO PAULO, DICIDIRAM VIR PARA POUSO ALEGRE, ACREDITANDO NA EXPANÇÃO DA CIDADE.



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



ALUGARAM ENTÃO UM GALPÃO NA PERIMETRAL E JUNTAMENTE COM O GENRO E A FILHA PASSARAM A COMANDAR A EMPRESA.

É POR CONTRIBUIR PARA A ECONOMIA DE POUSO ALEGRE E AJUDAR A ABRILHANTAR A HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA NOSSA CIDADE QUE AKIBA ANDRÉ LEVY RECEBE HOJE O TÍTULO DE CIDADÃO POUSO-ALEGRENSE.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2017.


Bruno Dias
VEREADOR

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre - Minas Gerais.



Pouso Alegre 09 de outubro de 2017.

PARECER JURÍDICO AOS PROJETOS DE
DECRETO LEGISLATIVO - CONCEDEM TITULO DE
CIDADÃO POUSOALEGRENSE - Decretos Legislativos n°s 144/2017 a 158/2017

Projeto de Decreto Legislativo - Autorial Parlamentar.

Nos termos dispostos no artigo 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais dos Projetos de Decreto Legislativo que pretendem conceder Título de Cidadão Pouso-alegrense às pessoas que mencionam.

Inicialmente, urge destacar, que o presente parecer se refere única e exclusivamente aos seus aspectos legais, ressaltando que a questão de mérito cabe única e exclusivamente à análise do Douto Plenário.

Assim dispõe o art. 255 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre -MG:

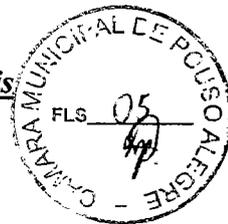
“Art. 255. Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, não sujeita a sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara e que se destina a disciplinar os seguintes casos:

(...)

V- concessão de título honoríficos”

Já o artigo 295 do RICMPA disciplina que: “A Câmara, por iniciativa de qualquer Vereador poderá conceder título de cidadão pouso-alegrense às pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços relevantes ao Município, através de

decreto legislativo aprovado, em votação única pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.”.



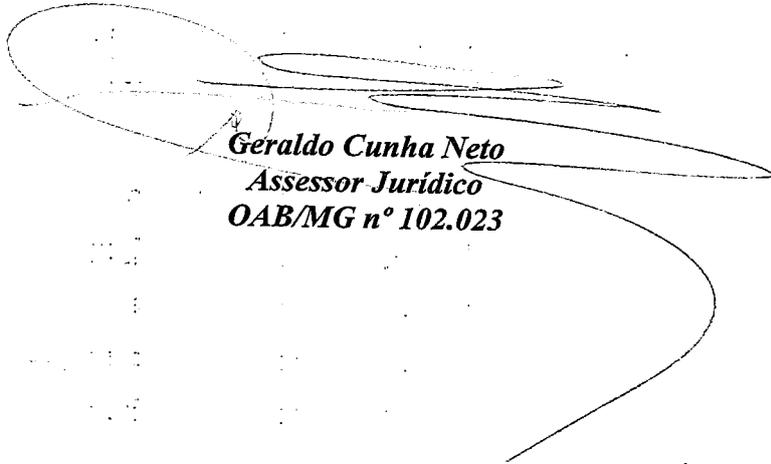
Compete registrar que nos termos do artigo 296 do RICMPA a proposição deve vir acompanhada de biografia circunstanciada da pessoa que se deseja homenagear e anuência por escrito do homenageado ou do seu representante legal. Em sendo o “TÍTULO DE CIDADÃO POU SO ALEGRENSE”, uma condecoração de caráter honorífico, a sua tramitação deve atender aos preceitos regimentais, os quais, desde que atendidos, não apresentam obstáculo a tramitação dos projetos supra descritos.

QUÓRUM

Oportuno também esclarecer que para a sua aprovação é exigido quorum de 2/3 dos membros desta Casa de Leis, nos termos do artigo 295 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

Por tais razões, exara-se parecer favorável ao regular processo de tramitação do dos projetos de Decreto Legislativo n°s 144/2017 a 158/2017, para ser submetido a análise das ‘Comissões Temáticas’ da Casa, e, posteriormente, a deliberação Plenária, salientando-se que, o presente parecer é meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..


Geraldo Cunha Neto
Assessor Jurídico
OAB/MG n° 102.023



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Pouso Alegre, 10 de Outubro de 2017.

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)

RELATÓRIO:

Vem, a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, para exame aos **Projetos de Decretos Legislativos nº 144/2017 a 160/2017 que “CONCEDEM OS TITULOS DE CIDADÃOS POUSO-ALEGRENSES”**.

A Comissão, cumprido os regulares procedimentos, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA:

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o Artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artº 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes as matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Decreto Legislativo.

Esta Relatoria constatou que a homenagem “CIDADÃO POUSO ALEGRENSE”, foi instituída pela Câmara Municipal de Pouso Alegre em 1960 e é uma forma de homenagear aquelas pessoas que não nasceram na cidade, mas Contribuem para o desenvolvimento do Município.

O Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu parecer **FAVORÁVEL** ao projeto em Estudo.

Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer cujos termos estão devidamente apresentados.

CONCLUSÃO:

O Relator da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO AOS PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS 144/2017 A 160/2017.**

Vereador Adelson do Hospital
Relator

Vereador Dr. Edson
Presidente

Vereador Odair Quincote
Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Pouso Alegre, 10 de Outubro de 2017

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CAP)

RELATÓRIO:

Vem, a esta Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, para exame aos **Projetos de Decretos Legislativos nº 144/2017 a 160/2017** que **“CONCEDEM OS TITULOS DE CIDADÃOS POUSO-ALEGRENSES”**.

A Comissão, cumprido os regulares procedimentos, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA:

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o Artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Administração Pública cabe especificamente, nos termos do artº 70, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes as matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Decreto Legislativo.

Esta Relatoria constatou que a homenagem **“CIDADÃO POUSO ALEGRENSE”**, foi instituída pela Câmara Municipal de Pouso Alegre em 1960 e é uma forma de homenagear aquelas pessoas que não nasceram na cidade, mas Contribuem para o desenvolvimento do Município.

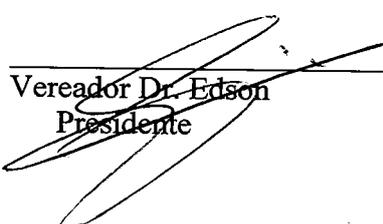
O Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu parecer **FAVORÁVEL** ao projeto em Estudo.

Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer cujos termos estão devidamente apresentados.

CONCLUSÃO:

O Relator da Comissão Permanente de Administração Pública, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO AOS PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS 144/2017 A 160/2017.**


Vereador Adelson do Hospital
Relator


Vereador Dr. Edson
Presidente


Vereador André Prado
Secretário